A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR E OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRADORA

MONICA APARECIDA DE MOURA SORGE

RESUMO
Neste artigo vamos conhecer sobre a inclusão no cotidiano e a garantia de que todos os alunos sejam atendidos conforme a sua necessidade sabemos que muitos desafios existem, porém precisam ser desmistificados diversos preconceitos e barreiras, e para isso é imprescindível adaptações e recursos lúdicos que auxiliem e estimulem na aprendizagem significativa. A ludicidade abrange de forma ampla desenvolver novas possibilidades em que a criança irá nas atividades lúdicas representar e explorar diferentes sensações e emoções. Garantir o direito dos alunos de inclusão é dar oportunidade e validar a participação de todos independente de cor, condições físicas, intelectual, raça, classe social ou psicológicas, por isso as escolas precisam integrar e propor um ambiente sem discriminação com atendimento igualitário contribuindo para o desenvolvimento intelectual para que assim todos os estudantes possam ter oportunidade de obter uma educação de qualidade com um atendimento mais humanizado.

Palavras chaves: Inclusão; Integração; Aprendizagem.

Abstract: In this article, we will learn about inclusion in everyday life and ensuring that all students are served according to their needs. We know that there are many challenges, but various prejudices and barriers need to be demystified, and for this, adaptations and playful resources that assist and stimulate meaningful learning are essential. Playfulness broadly encompasses developing new possibilities in which children will represent and explore different sensations and emotions in playful activities. Ensuring students' right to inclusion means giving opportunities and validating the participation of all regardless of color, physical, intellectual, racial, social or psychological conditions. Therefore, schools need to integrate and propose an environment without discrimination with equal service, contributing to intellectual development so that all students can have the opportunity to obtain a quality education with more humanized service.

Keywords: Inclusion; Integration; Learning.

INTRODUÇÃO

A inclusão na prática apresenta questões antagônicas que permeiam na sociedade a respeito de incluir e garantir o direito de todos em todos os espaços principalmente sobre valores, atitudes e práticas que reconhece o direito e respeita as diferenças e promovendo a equidade incluindo as pessoas com deficiência.

Para uma educação de qualidade a escola precisa assumir o papel de acolher e preparar o espaço com infraestrutura, a fim de atender as necessidades de cada um. Portanto, a responsabilidade é coletiva, é o compromisso de incluir a todos requer da escola, preparar cidadãos para enfrentar um futuro que depende cada dia mais de formação intelectual e profissional, portanto a escola deve estar comprometida com o preparo dos docentes e funcionários.

São muitos desafios e dificuldades de aprendizagem que interferem no processo de aprendizagem da criança ou adolescente e diante de cada dificuldade exige um olhar diferenciado que demanda estudo por parte do educador de identificar as dificuldades e propor caminhos que conduzam a aprendizagem de todos os envolvidos de proporcionar condições de troca de experiências e vivencias de todos naquele mesmo espaço.

A equipe gestora deve garantir condições favoráveis e exigir posições e projetos que favoreçam este espaço acolhedor, envolvendo também a comunidade escolar que pode e deve contribuir com seus valores e agregar importância neste processo de acolhimento.

Os estudantes com necessidades especiais necessitam de um acompanhamento adequado e inclusivo sem discriminações, segregações e exclusão com um novo olhar em relação as medidas comumente adotadas na prática pedagógica.

Com a universalização do direito à educa-

ção de qualidade, que prevê o respeito a diferença, a inclusão, a busca por equidade, igualdade de oportunidade, desenvolvimento dos indivíduos e criação de capacidade de adaptação a mudanças rápidas de cenários no qual a escola corresponda às necessidades de todos os alunos que chegam ao ambiente escolar com diferentes interesses, motivações e habilidades.
Portanto, as interações estabelecidas precisam estar cada vez mais próximas e integradas ao conhecimento do aluno e aos desafios que o contexto lhe propõe, a fim de que ambientes de construção de aprendizagens sejam oportunizados, estimulando novas possibilidades, por isso é essencial o investimento na formação dos educadores, ou seja, e um olhar diferenciado para a necessidade do outro se colocando no lugar do outro em exercício de empatia.

INCLUSÃO ESCOLAR

Conforme às leis nacionais e políticas de educação, a escola deve ser um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, precisa garantir o direito de matricular todos os alunos, sem distinções, e oferecer condições de acessibilidade, prática pedagógica que consistente em ambientes inclusivos para todos, com a garantia de atendimento à diversidade humana provendo uma educação de qualidade a todos os estudantes com uma prática integradora de escola inclusiva. Quando se fala de igualdade de oportunidades falamos de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção como práticas inclusivas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, traz a Educação Especial.
Na sociedade em que vivemos a inclusão das pessoas com necessidades especiais é um desafio que envolve a família, a escola, a sociedade e o próprio sujeito a ser incluído. Uma pessoa não pode ser aceita apenas enquanto se encontre na escola, quando está resguardado.
É no ambiente escolar que as crianças convivem e interagem e não se dão conta das diferenças, ou porque passam sem serem percebidas ou talvez pelo fato de aceitarem e já reconhecerem essas diferenças. Na medida que se desenvolvem, as crianças descobrem as diferenças do outro, ou são despertadas para o diferente pelos adultos, tornando a convivência menos natural.
De acordo com Pacheco, (2007, p. 15)

A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais, se ajuste à escola (integração). De acordo com a Declaração de Salamanca, sobre necessidades educacionais especiais, 'aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender às suas necessidades.

Segundo Mantoan (2006, p.19) "O objetivo da inclusão escolar vem objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído".
Reivindicar uma transformação de objetivos com relação ao olhar inclusivo requer que as escolas façam o acolhimento sem discriminar ou não determinar regras específicas para o planejamento e avaliação falando sobre integração e inclusão.
Quando se observa que a criança que está integrada no sistema escolar regular, adapta-se às opções que lhe são ofertadas no ensino regular, sem saber a realidade e sem fazer questionamentos. (MANTOAN, 2010)
Segundo Carneiro (2013, p.106), "Quando se fala em inclusão já, não se trata de desativar o que está funcionando, senão de articular adequadamente, o que poderá funcionar melhor".
A inclusão escolar só tem um real sentido se pensarmos a partir do ser enquanto social, com função ativa, participante e integrado socialmente em todas as esferas. A inclusão social, comprometida e responsável é, sem dúvida, consequência de uma educação bem engajada disposta a atender e acolher e incluir. Portanto é a condição adequada para a integração de novos membros à sociedade. (SOUZA, 2002)
Conforme Strieder e Zimmermann (2000, p. 145) "Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança de criar expectativas diferentes,

fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade".
Determinadas mudanças precisam de estratégias que venham a contribuir para o desenvolvimento da criança, considerando que a escola deveria rever suas limitações, no sentido de superar o índice de aprendizagem junto a alunos que necessitam de um atendimento direcionado, de modo a promover mudança de valores, que viabilizem positivamente em um processo de ensino e aprendizagem apropriado.

Strieder e Zimmermann (2000, p. 146) destacam que,

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

De acordo com Ramos (2008, p. 05), "A inclusão, de forma geral, compõe uma ação ampla que, que em países em que há diferenças sociais evidentes, sugere uma educação com qualidade para todos".
Para Carneiro (2013, p.140), "Na ótica da integração, é a pessoa com deficiência que tem de se adaptar à sociedade para evitar a exclusão".
Segundo Sassaki (2003), teve um período em que perdurou algumas décadas em que pessoas com necessidades especiais eram integradas em uma prática que limitava-se a pessoa com necessidade especial; procurava identificar-se, com as pessoas consideradas "normais", visto que assim poderiam ser realmente consideradas preparadas para serem inseridas na sociedade.
Desta forma, a integração se contrapõe ao movimento de inclusão, já que incluir pressupõe um esforço bilateral, e não, unilateral como a integração. Como explicar a diferença, a desta semelhança, ou mesmo defender a divergência, no mundo que caminha para globalização?
Mantoan (2006, p. 39), "Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão se a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial".
Para a autora esse sistema de educação no Brasil, apenas recebe o aluno seja ele de inclusão na modalidade regular ou especial impondo uma identidade e capacidade de aprender de acordo com suas características pessoais.
Perante o cenário à educação especial, é permitido que os direitos que estão postos devem serem considerados com a intenção de beneficiar todos aqueles cidadãos que necessitam da educação especial, sendo que nesse caso, a escola deve garantir e organizar um espaço que complemente o ensino regular e o Poder Público deve fazer com que esses direitos sejam implementados e utilizados. (RAPOLI, 2010)
Mantoan (2003) afirma que um novo paradigma do conhecimento está surgindo: trata-se de aceitar o outro em suas diferenças; visto que, este século é considerado a era da comunicação e da informação, cujas fronteiras, rompem com um passado que insiste em resistir às mudanças de um novo tempo; mas a escola não pode ignorar as mudanças que fazem parte da sociedade.
Para se ter uma escola inclusiva e uma sociedade inclusiva é necessário atrair a atenção tanto de pais e de educadores e da população em geral já que o ideal de inclusão com qualidade e acesso era algo inexistente e sempre enfrentaram muitos obstáculos e preconceitos, hoje existe um outro olhar, pois sabemos sobre os direitos humanos, mas na prática a educação inclusiva ainda não tem o consenso unânime por parte de todos. (CARVALHO, 2011)
Segundo a autora, qualquer docente, precipitado, pode responder o que pensa sobre a inclusão associando com portadores de deficiência, raramente ou quase nunca se referem aos de altas habilidades/superdotados; aos que possuem dificuldades de aprendizagem sem serem portadores de deficiências e, muito menos, às outras minorias excluídas, como é caso de negros, ciganos e anões. Para ela a resistência dos docentes e de alguns pais é por eles é justificado por motivo de insegurança sobre o trabalho educacional realizado em classes regulares, com alunos com deficiência e ainda: Os professores mencionam com toda razão que

em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de se aprofundar em estudos específicos, nem de estagiar com alunos de educação especial.
Outros apontam para "desfazer" da educação especial, traduzido pelo fechamento das salas de recursos, das estratégias para atender interesses econômicos, pois tais serviços costumam ser inoportunos. Associam-se as providências nesse sentido com outras, que surgem na onda da globalização (dos mercados) essencialmente e com as teorias do capital humano, trazendo dúvidas e reações contrárias às ideias inclusivas. (MICHELS, 2006)
Existe o otimismo de que, na diversidade, encontramos a riqueza das trocas que a escola oportuniza. Em uma turma heterogênea os alunos terão a oportunidade de conviverem com as diferenças e aprenderem a respeitar o espaço do outro também sendo uma aprendizagem que contempla todos os envolvidos no ambiente escolar para que se efetive está conquista. (MICHELS, 2006).
As escolas inclusivas são direito de todos, portanto o acesso ao atendimento educacional deve ser garantido contribuindo para sua cidadania e as outras modalidades de educação inclusiva devem ser valorizadas. (CARVALHO, 2011)

O LÚDICO COMO RECURSO NA INCLUSÃO DIRECIONADO PELOS EDUCADORES

Com os espaços inclusivos conseguimos estimular e desafiar as crianças de forma geral, a se comportarem de forma mais ativa diante dos desafios que são expostos, deixando de lado comportamentos e atitudes que condicionam e padronizam certas formas de agir e de se expressar.
De acordo com Ribeiro (2012), quando atuamos com crianças de inclusão, é preciso um olhar e uma postura de acolhimento para que não se tenha atitudes como de rótulos e preconceito. É imprescindível assumir as diferenças de cada indivíduo, de tal forma que se promova a sua formação educacional, buscando sempre atender as suas necessidades individuais no processo de aprendizagem.
Almeida (2013) acrescenta que o jogo na forma lúdica deve permitir que a criança possa sintetizar a informação da sua forma, com autonomia para que seja dirigido de forma espontânea, alegre, prazerosa e divertida. Nesse caso, o educador apenas deve intervir estimulando a criança e contribuindo na interação daqueles que possuem dificuldades para se concentrarem ou de participação com intuito de acompanhar para que durante consiga absorver por completo a atenção do educando, contribuindo para melhorar o desenvolvimento integral dele.

De acordo com Kishimoto (1994, p. 19),
A brincadeira possui grande relevância na aprendizagem, por conta disso, deve ser valorizada e incentivada, com a brincadeira as crianças podem conferir novos significados aos elementos da realidade vivenciados em seu cotidiano, podendo expor o seu modo compreendê-lo. Sendo assim, a escola deveria procurar explorar ainda mais o contexto do brincar, buscando formas de fazer com que esse seja traduzido em conhecimento, ofertando materiais, espaços e recursos que façam com que a brincadeira seja ainda mais enriquecedora, servindo como um elemento da atividade lúdica onde o aluno cria e recria suas emoções, sentimento e conhecimentos, gerando um ambiente compatível com os anseios e necessidades de cada criança.

Na perspectiva de Neto (2011), o brincar é primordial na vida de qualquer criança, independente das particularidades que exiba. Desta forma, a criança possui a sua cidadania própria, com necessidades básicas de acesso e a disponibilidade para poder explorar, brincar e participar de jogos e brincadeiras de diferentes formas, pois o brincar é uma necessidade inerente da criança.
Por meio dos jogos educativos deixam evidente a verdadeira importância da brincadeira para o desenvolvimento infantil, assim como os caminhos que podem conduzirem na apropriação dos conhecimentos. Essas contribuem por criar desafios do cotidiano e do lúdico, o que leva a compreensão, comparação com a realidade com a possibilidade de criar significados e sentidos sobre o processo ensino aprendizagem (ALMEIDA, 2013).
Com as brincadeiras a criança faz a descoberta de si e do outro, explora o mundo e reproduz papéis e interpreta situações de seu

dia a dia, a fim, de reproduzir o seu mundo imaginário para no futuro reproduzir as brincadeiras no mundo real. Na ação do brincar a autonomia e a identidade é desenvolvida, para que a imaginação seja concebida, a criança, desde muito cedo se comunica por gestos, sons e representa papéis nas brincadeiras e com isso a sua capacidade se amplia por meio da socialização e interação com o uso de papéis sociais e regras.
Segundo Borba (2007), o lúdico amplia o processo de ensino e de aprendizagem, o que contribui para o enriquecimento do vocabulário, da capacidade de ações corporais, da concentração e do raciocínio lógico. Nas mais diversas formas, o lúdico, quando reconhecido como uma ferramenta de ensino, além de impulsionar a fantasia, aumenta a coordenação motora e a capacidade do aluno de interpretar, imaginar e relacionar-se com os colegas, permitindo a construção da sua identidade.

De acordo com Borba (2007,p.42),

Brincar é uma experiência de cultura importante não apenas nos primeiros anos da infância, mas durante todo o percurso de vida de qualquer ser humano, portanto, também deve ser garantida em todos os anos do ensino fundamental e etapas subsequentes da nossa formação.

O papel do educador em pesquisar e propor recursos lúdico em sala de aula é uma estratégia que tende a contribuir e enriquecer as aulas. Refletir sobre as diferenças é proporcionar condições de aprendizagem que contemplem a cada aluno, buscando obter uma educação de equidade. Nesta perspectiva observamos que tem se renovado com o decorrer dos anos, onde visa substituir o ensino individual, rompendo com a ideia de individualismo e estimulando as trocas com uma construção do conhecimento pautada na cooperação entre os pares.
.
AÇÕES DOS EDUCADORES COM ALUNOS DE INCLUSÃO NO COTIDIANO
Os professores devem dar o apoio que é considerado mais adequado, sem fazer discriminação. Todos os educadores devem ser educadores de todos os alunos, sem distinção, visto que eles possuem o direito segundo leis de matricular- se nas redes “normais” de ensino.

Conforme Oliveira Souza (2011, p. 247),

Em 1988, a Lei 7853/89 assegurou vários direitos aos alunos com
necessidades educacionais especiais: matrícula compulsória em escolas públicas e privadas de ensino; oferta obrigatória de Programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino; oferta de Programas de Educação Especial; oferta de material escolar, merenda e bolsa de estudos. Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, na qual foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que enfatizou a importância da educação para os sujeitos excluídos social e educacionalmente

Segundo Bueno (2000, p.103),

A luta pela universalização do ensino e democratização das práticas escolares tem um olhar de promover o acesso com perspectiva de grupos de indivíduos que por muitos motivos se encontram anulados do seu esforço. Conforme Bueno, esse movimento ganhou vulto nos anos 60 e “[...] fez aflorar, de forma incontestável, os problemas de seletividade escolar, e passou a ser objeto de preocupação tanto dos gestores das políticas quanto dos estudiosos e pesquisadores da educação nacional.

A escola tem recebido cada vez mais alunos com deficiência e isso o=implica uma prática especializada com um olhar diferenciado para lidar no cotidiano em que as necessidades sejam supridas de acordo com o processo educativo e desta forma garantir a qualidade de ensino.
Portanto é imprescindível o Investimento no espaço físico e em sua estruturação, ou seja, na forma como os materiais se organizam no ambiente educativo de certa forma seria contribuir com a aprendizagem e autonomia dos alunos, pois o espaço adequado fortalece a qualidade da educação de forma ampla.

De acordo a cartilha do MEC (1998, p.68),

afirma que:

A melhoria da ação educativa não depende exclusivamente da existência destes objetos, mas está condicionada ao uso que fazem deles os professores junto às crianças com as quais trabalham. Os professores preparam o ambiente para que a criança possa aprender de forma ativa na interação com outras crianças e com os adultos.

Segundo Magalhães (2006, p. 359 apud OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 248-249),

[...] uma concepção de prática pedagógica diferenciada e inclusiva que está ancorada na tese de que a heterogeneidade dos alunos deve ser respeitada e, portanto, o aluno com deficiência tem direito e necessidade de participar e de ser considerado membro ativo, no interior da comunidade escolar.

Considerando a importância dos professores na busca de concretizar ações que conduza a uma Educação Inclusiva, estes precisam de preparo e suporte quanto ao processo de inclusão das crianças com necessidades especiais.
No entanto, existe uma grande resistência dos professores em relação à inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas, por diversas situações seja preparo profissional, condições de espaço, apoio da família e material adequado para lidar com a deficiência, ou seja, compreender o aluno de acordo com sua singularidade e particularidade, temos então um desafio que envolve o dia a dia em sala de aula e também situações em que professores não demonstram interesse em incluir e propor novas estratégias para que alunos de inclusão se desenvolvam.

Com isso, nos aponta Mello (2000, p.104),

Ensinar é uma atividade relacional: para coexistir, comunicar, trabalhar com os outros, é necessário enfrentar a diferença e o conflito. Acolher e respeitar a diversidade e tirar proveito dela para melhorar sua prática, aprender a conviver com a resistência, os conflitos e os limites de sua influência fazem parte da aprendizagem necessária para ser professor.

Podemos dizer que o avanço da tecnologia e as mudanças refletidas da globalização, a ideia de inclusão é uma situação restrita sobre o ingresso de alunos com deficiência no ensino regular tem gerado contradição na medida em que é preciso realizar adequações necessárias. Com outras palavras, para que a inclusão não se diminua a inserção ou a justaposição desse aluno na escola comum (DUEK, 2014). A inclusão implica em esforços coletivos de todos que fazem parte da escola. Se gundo a autora, o sucesso da inclusão dependem da possibilidade de o professor atuante na escola comum reconhecer e responder às necessidades diversificadas dos seus alunos (DUEK, 2014).
Por consequência o uso da tecnologia assistiva em sala de aula poderá favorecer alunos que, por diferentes razões apresentam dificuldades em se locomover, em movimentos psicomotores, comunicação, em escrita e na postura e coordenação motora fina para segurar objetos. O professor precisa descobrir quem é o seu aluno e compreender suas necessidades. As ferramentas conhecidas, como a observação, continuam sendo nosso ponto de partida. A ajuda e auxílio especializado deve ser um complemento, em que o professor deve observar e acompanhar a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem presentes em sala de aula, identificando a necessidade de recursos e estratégias variadas, criando as condições adequadas para que os alunos possam aprender, individualmente. Com isso chegamos a um resultado de contribuições dos casos de ensino para sistematização de práticas realizada em sala de aula, dos números de professores junto com o aluno em sala. Programas iniciais e continuadas de professores para a educação inclusiva (DUEK, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as pesquisas sobre a inclusão e a sua prática no cotidiano e o uso do lúdico para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, exigem acompanhamento do professor e a superação dos desafios a serem superados no âmbito escolar no qual este artigo destaca, a inclusão escolar precisa ser considerada principalmente

com adaptações espaços estruturados e recursos lúdicos que venham suplementar as necessidade dos alunos deficientes e assim colaborar para novas aprendizagens e a consolidação de novas habilidades, por meio de estratégias lúdicas que comprovam que são importantes no processo dos novos saberes. A inclusão na escola e na sociedade requer conscientização para garantir de forma respeitosa que os direitos sejam realmente efetivados e que os alunos tenham a possibilidade de viverem com equidade e igualdade de direitos. Os professores necessitam de preparo para acolherem e estarem acompanhando e realizando adaptações que contemplem e propiciem a superação de barreiras e dificuldades enfrentados pelos alunos deficientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

____.Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de

ALMEIDA, Paulo Nunes. Educação Lúdica – Técnicas e Jogos Pedagógicos. 11. São Paulo: Loyola, 2013.CHAPOULIE, J. M.; BRIAND, J. P. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. Educação e Sociedade, Campinas, v. 47, p. 11-50, 2014.

Artes Médicas Sul, 1999.

BORBA, Ângela Meyer; GOULART, Cecília. As diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 47-56. BORBA, Ângela Meyer.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 1988.

Brasileira de Educação Especial, n.3, p. 7-25, 1999.

Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política

CARNEIRO, M.A. O acesso de alunos com deficiências às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações .4.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARVALHO, R.E. Educação inclusiva: com pingos nos "is".8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Curitiba, Brasil, n. 42, p. 245-261, out./dez. 2011. Editora UFPR.

DUEK, V.P. Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. Educação em Revista. Educ. rev. vol. 30 no.2 Belo Horizonte, Abril 2014.

educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília:

Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil:

educacionais especiais. Brasília: MEC, 2001.

educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista

estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades

Independente: historia, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O Jogo, a Criança e a Educação. São Paulo: Editora Pioneira, 1994.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. MANTOAN, M.T.E.et al. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo Mem non,1997.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de

MEC/SEF/SEESP, 1999.

MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação v.11 n. 33 set/dez. 2006.

NETO, Carlos. A criança e o jogo – perspectivas de investigação. Lisboa: ASA, 2011.

OLIVEIRA, M. A. M.; SOUZA, S. F. Políticas para a inclusão. Educar em Revista,

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares: estratégias para a

RAMOS, R. Passos para a INCLUSÃO. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. RAMOS, R. Passos para a INCLUSÃO. 4. ed. São Paulo: Cor-

tez,2008. RAMOS, R. Passos para a INCLUSÃO. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
ROPOLI, Edilene. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Monografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2010.
São Paulo: RNR, 2003. P. 12-16.
SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência?". In: Vida
STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: